

SMALL FIRMS MANAGEMENT: USE OF ACCOUNTING INFORMATION FOR MANAGERIAL PURPOSES

Por: Aderbal N. Müller (FAE)
Antonio G. Oliveira (FAE)
Wilson T. Nakamura (Mackenzie)

ABSTRACT

This paper deals with some aspects of use of accounting systems in the context of small firms. Some relevant topics from the theoretical background are discussed synthetically. After, we present some results of a research over a group of small companies from South of Brazil. We concluded that these companies use accounting information for managerial purposes, but with some limitations. One of these limitations is the low level of their manager team.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, e mais especificamente ao longo da década de 90, o crescimento da competitividade global e a inserção do Brasil no processo de globalização ampliaram de forma significativa o dinamismo de nossa economia e a exposição de nossas empresas à concorrência externa, compelindo-as a se comprometerem com a chamada excelência empresarial. Nesse contexto, as empresas brasileiras vêm sendo forçadas a se adaptar e a rever suas estratégias competitivas e seus modelos de gestão.

Da mesma forma, a turbulência crescente do ambiente tem levado as empresas a investirem no desenvolvimento e utilização de informações, que são aplicadas como ferramentas de apoio aos processos de controle e tomada de decisão.

Com isso, este trabalho é desenvolvido baseado na teoria aliada à observação empírica da utilização da contabilidade como fonte de informações e ferramenta útil para o processo de tomada de decisões e controle nas pequenas empresas, as quais passarão a ser descritas como PE's. Relativamente às empresas escolhidas, a justificativa se torna relevante pelo fato de estas terem uma representação considerável no ambiente econômico e social do país, conforme se verá neste artigo.

Tomando-se por base o levantamento desenvolvido pelo IBGE, em 1994 (último senso econômico – publicado em 1998), relativo à Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira, é possível constatar que, segundo o critério de porte baseado no número de empregados, 99,33% dos estabelecimentos industriais, 99,68% dos comerciais e 98,67% dos prestadores de serviços eram micros, pequenas e médias empresas. Dessa distribuição, 11,11% na indústria, 6,04% no comércio e 10,25% no setor de serviços eram representados por aquelas enquadradas como pequenas.

Os três setores agrupados demonstram que, em sua totalidade as empresas enquadradas como micros, pequenas e médias representam 99,63% do total de empresas industriais, do comércio e prestação de serviços do Brasil. E aquelas consideradas como pequenas (de 20 a 99 empregados) representam 8,06%.

Continuando, este mesmo censo mostra ainda que esse extrato (micros, pequenas e médias) de empresas responde por 54,87% das vendas comerciais, 38,91% da produção industrial, 35,86% da receita de prestação de serviços e 58,49% da força de trabalho do país, sendo que na mesma ordem, somente as pequenas respondem por 22,30%, 10,30%, 14,06% e 20%, respectivamente.

Esse extrato de empresas, conforme SEBRAE (1997:34), no contexto brasileiro, representa 4,0 milhões de estabelecimentos instalados, 48% da produção nacional, 60% da oferta de empregos, 42% dos salários pagos, além de contribuírem com 21% do produto interno bruto.

Partindo-se desses números mostrados, pode-se também participar daquela situação de consenso referente à real importância das empresas de menor porte no desenvolvimento econômico e social do país.

Essa importância econômica e social das PME's não se limita a países em desenvolvimento, como o Brasil. Autores como Resnik (1991), Iida (1986), Baty (1994) e Schell (1995), em suas obras, de forma convergente, têm ponderado que, independentemente do grau de industrialização ou do nível de desenvolvimento, a pequena e a média empresa têm uma substancial importância na evolução da sociedade, contribuindo do ponto de vista econômico, social e até político das nações.

Para muitos, segundo os autores anteriormente citados, a experiência histórica tem demonstrado que esse extrato de empresas vem se mostrando essencial e indispensável às economias desenvolvidas ou em desenvolvimento. Conseqüentemente, acabaram se tornando um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico das nações industrializadas de nossos dias.

2. O PROBLEMA

Hoje, com o desenvolvimento tecnológico, o crescimento das organizações e a complexidade do ambiente econômico, verifica-se por parte das PE's uma certa dificuldade no entendimento e na gestão dos negócios. A consequência natural desse processo é a necessidade cada vez maior de informações que auxiliem os administradores nas tomadas de decisões e em seus controles organizacionais.

A contabilidade, como sistema de informações, caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas nas

organizações, constituindo-se num grande “banco de dados”. Seus dados são úteis à administração, além de representarem um instrumento gerencial eficaz para o processo decisório e de controladoria. A diferenciação - entre o que são dados e o que são informações - é mostrada pelas definições apresentadas por Matarazzo (1998:18), que assim os define: “Dados são números ou descrições de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no usuário. Informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito surpresa”.

Percebe-se, tomando por base a literatura estudada, que na maioria das organizações, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis. As demonstrações contábeis legais tornaram-se de difícil entendimento gerencial. É perceptível a imagem (principalmente nas PE's) de algo que existe somente para o atendimento às exigências fiscais e, dessa forma, relegando ao segundo plano o atendimento às necessidades da gestão dos negócios.

Cabe aos conhecedores das ciências contábeis e aos administradores dos negócios, em primeiro lugar, o desafio de reverter essa situação, pois a contabilidade, vista como sistema dentro do ambiente organizacional, pode contribuir sobremaneira com o corpo gerencial das organizações.

Para cumprir seu papel como fonte de informações úteis para o processo de tomada de decisão, a contabilidade deve acerrar-se de características fundamentais à administração. Tais como: ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva (fornecer indicadores de tendências), além de ser direcionada à gerência do negócio.

Assim, ao se definir o problema norteador deste artigo, busca-se explicá-lo, considerando que o mesmo versará sobre a utilização da contabilidade como Sistema de Informações aplicadas à administração das PE's. De forma complementar, a orientação metodológica foi fundamentada partindo da verificação se, e caso sim, como a administração das pequenas empresas faz uso das informações fornecidas de forma sistêmica pela contabilidade, como ferramenta de tomada de decisão.

O objetivo principal do trabalho foi, portanto, identificar se e como as pequenas empresas, através dos responsáveis por seu gerenciamento, utilizam as informações possibilitadas pelo Sistema de Informação Contábil no gerenciamento dos processos administrativos.

Secundariamente, procuramos verificar:

- 1) O grau de utilização das informações extraídas da contabilidade, buscando-se concluir sobre a intensidade de tal utilização;
- 2) O estilo de administração predominante nessas empresas e se o mesmo, por sua vez, influencia o grau de utilização das informações geradas pela contabilidade como ferramenta de tomada de decisão.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E AS ORGANIZAÇÕES

Um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações sobre as mutações que ocorrem no patrimônio das empresas. A contabilidade, além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de projeção, efetuar análises, controlar, e também serve para acompanhamento orçamentário, entre outras funções.

Sobre visão sistêmica aplicada à contabilidade elevando-a a situação de sistema, Kroetz et. al. (1999), dizem que: "É de todos conhecida a similitude entre a empresa e um organismo vivo. Neste organismo, podemos distinguir um cérebro, encarregado das decisões, os membros, encarregados da ação, o sistema nervoso, que se incumbe de transmitir o comando do cérebro para os membros e as Informações dos sentidos para o cérebro".

Partindo desse enfoque organizacional, por analogia, visualiza-se a contabilidade como um sistema nervoso, que serve de elo de ligação entre a administração e as áreas de execução e vice-versa. Na verdade, existe uma dependência das partes, uma vez que todas estão ligadas intencionalmente para manter o organismo em funcionamento.

Assim, não basta ter um bom sistema nervoso, se o cérebro não responde aos estímulos ou vice-versa, ou seja, o organismo empresa, para sua funcionalidade, depende de uma boa administração assessorada pela contabilidade como fonte de informações úteis aos processos de tomada de decisão e controle; destacando-se a necessidade de utilização, por parte dos administradores, das informações produzidas pelo Sistema de Informação Contábil.

A contabilidade aplicada, na prática, pode ser entendida como um subsistema dentro do sistema organizacional (sistema empresa). Este, por sua vez, integra um sistema maior, que é o sistema ambiental.

A administração das empresas, tendo em vista as contingências da própria vida em sociedade, tem se modificado, nos últimos tempos, tanto em tamanho como em complexidade, tornando a contabilidade cada vez mais indispensável.

A existência da contabilidade decorre da necessidade de se conhecerem e controlarem os componentes e as variações do patrimônio. Sempre que há um patrimônio em movimentação sofrendo variações geradas pelo trabalho humano, desenvolvido sobre os elementos que o formam, está-se diante de uma organização econômica.

Existe, ainda, além do patrimônio e do trabalho humano desenvolvido sobre ele, o sistema administrativo, que coordena o trabalho e os componentes patrimoniais; dirigindo-se ambos para o patrimônio.

Assim, a contabilidade vem a ser um componente da gestão, tendo como um dos seus principais objetivos fornecer informações para o processo de tomada de decisão e até mesmo de formulação de estratégias.

3.2. A APLICABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS AOS PRINCIPAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NAS PEQUENAS EMPRESAS.

Toda empresa, independentemente de seu porte, encontra-se inserida num ambiente social, empresarial e econômico (Oliveira, 1997:25), dentro do qual deve estar completamente adaptada para que possa cumprir efetivamente seu papel, seja na satisfação das necessidades de seus clientes ou na geração de recursos que remunerem o capital investido pelo proprietário.

Assim, para cumprir seu papel, é necessário que a empresa busque, através de seus administradores, o seu sucesso, tomando por base seus planos e objetivos e administrando eficientemente seus recursos; fazendo uso das ferramentas essenciais para a administração, das quais se destaca, na atualidade, a informação (Kaplan, 1996:3).

Resnik (1991:3) trata, com clareza, o tema relacionado à administração da pequena empresa, traçando um paralelo entre o sucesso e o fracasso da desse tipo de empresa com as ações implementadas e decisões tomadas pela administração.

Para fundamentar suas idéias, esse mesmo autor refere-se ao resultado de uma pesquisa feita nos Estados Unidos, pela *Dun & Bradstreet*. A pesquisa indicou que nas pequenas empresas a má administração é responsável por mais de 90% dos fracassos, e que aproximadamente metade desses fracassos são atribuídos à incompetência e a outra metade à experiência anterior inadequada.

A arte de administrar – capacidade de entender, dirigir e controlar eficientemente as pequenas empresas, tendo em vista as colocações de Resnik, corroboradas por autores como Schell (1995) e Pereira Jr. (1995) - é o fator preponderante para sua manutenção no grupo das empresas que alcançam o sucesso, dentro do ambiente no qual se encontra inserida, cumprindo o seu papel e alcançando seus objetivos planejados.

Relativamente às pequenas empresas, existem controles deficientes e falta de informações úteis para a tomada de decisão. Com isso, tem-se na contabilidade o instrumento que, sendo bem utilizado, suprirá a administração dessa necessidade básica.

A função contábil pode ser encarada como um instrumento da administração financeira nas PE's. Sobre isso, Resnik (1991:136) coloca que a falta de um sistema eficiente de contabilidade não é apenas um problema contábil, mas um problema gerencial que afeta negativamente toda a organização.

Com base nas informações levantadas, elaboradas e fornecidas pela contabilidade, a administração da empresa - através de técnicas como análise e interpretação de balanços, auditoria, contabilidade de custos e controladoria - pode tomar decisões quanto a investimentos, financiamentos, pagamento das obrigações, momento de substituição de ativos obsoletos (como máquinas, por exemplo), nível ideal de estoque, entre outras (Iudícibus, et. al., 1998:26).

Vale dizer que o administrador financeiro, no que diz respeito à empresa, está preocupado em manter a sua solvência e em maximizar a sua riqueza, tendo como ponto de partida as informações vindas da contabilidade. Tal afirmação encontra-se fundamentada na visão de Baty (1994:130), em que ele mostra a importância da contabilidade na administração das pequenas empresas, de forma resumida descrevendo: “(...) é mais que uma função; é uma linguagem, um meio de comunicação entre os vários segmentos dentro da comunidade financeira”.

Esses conceitos, relativamente à contabilidade e à administração, em relação às PE's, não são, via de regra, verificados na prática. O que se deve criticar, principalmente, é a utilização limitada acerca dos objetivos da contabilidade e da área financeira. A contabilidade tem sido encarada como um instrumento necessário tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não como um instrumento de apoio ao administrador para a tomada de decisões e controle. Sobre isso, Resnik (1991:137-138) mostra a visão de alguns proprietários e gerentes de pequenas empresas que consideram os dados e a função da contabilidade como “um mal necessário”. Isso porque se contentam em ver apenas os números das vendas e o lucro líquido.

É preciso destacar que a contabilidade não existe apenas para o cumprimento das obrigações legais. Além dessa função, que de fato existe, a contabilidade também é importante no sentido de orientar gerencialmente o administrador, constituindo o que é chamado por vários autores, de contabilidade gerencial.

O Controle de Estoques

Para algumas empresas, principalmente do setor industrial, os estoques representam uma parcela importante do capital de giro. Uma política correta de estocagem afeta diretamente a eficiência dos fluxos de produção e vendas de uma empresa, além de ter impacto normalmente significativo na rentabilidade do negócio.

Controlar e administrar esse ativo significa girá-lo rapidamente, de tal sorte a minimizar seu custo e mantê-lo em nível suficiente para atender às necessidades da empresa, além, é claro, de estar possibilitando, com isso, a geração de valores a receber originados pelas vendas decorrentes do aumento do seu giro.

Em outras palavras, é preciso determinar um nível ótimo de estoques que alcance tais objetivos, o que nem sempre é fácil. Os níveis de estoque interessam a diferentes áreas, tais como: marketing, finanças, produção, vendas e compras, e tais áreas possuem diferentes pontos de vistas relacionados ao nível “ótimo” de estocagem.

Nesse sentido, faz-se necessário controlar e administrar os estoques. Para isso, o administrador das PE's pode dispor de alguns instrumentos, que são, inclusive, utilizados pelas grandes empresas. Para citar dois, tem-se, então, o Sistema ABC e o Modelo de Lote Econômico de Compra (LEC).

O Sistema ABC é aquele que prioriza itens do estoque, segregando-os em itens A, B e C. Os classificados em A são aqueles que implicam em maior investimento, seguidos pelos itens B e C, nesta ordem, sendo estes últimos de menor investimento.

A vantagem desse sistema reside no fato de que a empresa pode determinar níveis de estoques e controles diferentes sobre os itens A, B e C. Em outras palavras, os itens A, por representarem maior investimento e geralmente giro mais lento, devem estar em uma quantidade mínima e receber controle rígido. Os itens B implicam um nível de quantidade e controle normais, ao passo que os itens C podem estar em maior quantidade e demandarem controle menos intensivo.

Já o Modelo do Lote Econômico de compra permite determinar uma quantidade ótima de pedido de compra para um item do estoque, tendo em vista minimizar os custos totais de estocagem (por isso a denominação de Lote Econômico).

Dentro desse modelo, utilizam-se abordagens gráficas e matemáticas (fórmulas) com variáveis do tipo custo de manter estoque, a demanda do item, o custo de pedir, a quantidade do pedido e o custo total.

Utilizando-se desses e de outros instrumentos mais sofisticados, as PE's podem administrar e controlar satisfatoriamente seus estoques, não incorrendo, assim, em custos desnecessários.

O Planejamento Econômico Financeiro

Outro instrumento gerencial básico, e, tendo em vista as características das PE's já descritas, que não é plenamente empregado é o planejamento.

Assim, dadas as suas características, pode-se afirmar que as PE's, na sua maioria, não se planejam nem a curto nem a longo prazo. Não planejam, dentre outros, as vendas, a produção, os estoques, as compras, a mão-de-obra, as despesas, as receitas, os custos, os lucros, as matérias-primas, as instalações, o caixa e a posição estratégica da empresa no mercado.

Dessa forma, essas empresas estarão sempre tentando resolver os problemas quando eles aparecem, não procurando prevê-los e evitá-los, o que conseqüentemente as levam a assumir uma postura meramente reativa, ao invés de pró-ativa, não se antecipando aos fatos. Com isso, pode-se dizer que as mesmas não estabelecem metas e estratégias para alcançar as situações desejadas.

Partindo do ponto de vista financeiro, as PE's, em sua maioria, geralmente, não fazem previsões orçamentárias que permitam vislumbrar quadros futuros, buscar uma preparação para as implicações que os mesmos poderão lhes proporcionar. Existem vários modelos orçamentários que podem ser utilizados e executados pelos administradores das PE's. Instrumentos simples, como os fluxos de caixa, por exemplo, podem auxiliá-los na confecção dos orçamentos de caixa, na medida em que planejar tais fluxos significa prever futuras entradas e saídas de dinheiro da empresa num dado espaço de tempo.

Resnik (1991:5-6) enumera as dez condições decisivas para o sucesso e sobrevivência das PE's, e trata da necessidade da manutenção dos registros e controles contábeis necessários à administração das PE's, para que essas possam planejar, consubstanciadas em informações, o seu futuro.

Sendo o planejamento uma das dez condições enumeradas por Resnik (1991), cabe ressaltar que as PE's que utilizam esse instrumento criam um diferencial importante em relação às demais no que tange à administração dos seus problemas e à própria sobrevivência no mercado.

O Controle e Gestão dos Custos

Para se ter idéia da importância e necessidade da contabilidade, em toda a sua extensão gerencial, temos a contabilidade de custos, que nos possibilita a classificação e o controle dos custos, a formação do preço de venda e a verificação de quanto cada um dos produtos contribui para o lucro da empresa.

Tomando-se por base as características atribuídas às PE's, e dentre elas aquela referente à ausência de controles e informações, observa-se empiricamente que grande parte das PE's, através de seus administradores, reclama de seus custos, da falta de controle sobre os mesmos, da dificuldade em estabelecer o preço de venda dos produtos e do desconhecimento que possuem em relação à contribuição desses produtos para o lucro total. Dessa forma, tem-se mais um importante instrumento para o pequeno empresário, ou seja, a contabilidade e a análise de custos.

Como exemplo de custos, pode-se citar os gastos dentro da fábrica, no caso da indústria, tais como: matéria prima, desgaste de máquinas, mão-de-obra, aluguel da fábrica, etc.. Sendo a empresa uma prestadora de serviço, tem-se como custo a mão-de-obra, o material e outros gastos aplicados aos serviços prestados. E, como exemplo de despesas, pode-se citar, dentre outros: juros, aluguel da área de escritórios, mão-de-obra do pessoal administrativo, honorários da administração.

A Formação dos Preços de Venda

Saber exatamente qual é o custo real dos produtos é de suma importância para que o preço a ser cobrado proporcione uma margem mínima de lucro necessária e não seja considerado abusivo, a ponto de colocar a empresa fora do mercado (Sebrae, 1997:48).

Não existe uma fórmula fácil e precisa para se calcular o preço de venda de produtos e serviços. Na verdade, cada produto ou serviço apresenta uma decisão única referente a preço. E, determinar os níveis de preço é mais uma arte do que uma ciência (Resnik, 1991:86).

Encontra-se na obra de Resnik (1991) as abordagens empregadas para a formação do preço de venda, bem como

outros fatores a serem considerados, dentre eles a imagem que a empresa pretende colocar de si e de seus produtos no mercado.

Segundo Resnik (1991), a abordagem mais empregada pelas PE's é aquela baseada nos custos. Esse método sofre algumas críticas que apontam, por exemplo, para o fato de ignorar a elasticidade da demanda na fixação de preços (ou seja, ignora a alteração percentual na demanda, em termos de quantidade vendida por período, causada por uma alteração nos preços), ao passo que, quando muda a elasticidade em função da sazonalidade ou do ciclo de vida do produto, a margem também deve ser alterada.

A abordagem orientada para a demanda atende à relação demanda/preços, de tal sorte que, quando a demanda é intensa, cobra-se um preço alto, ao passo que, quando a demanda é pequena, cobra-se um preço baixo. Os custos, no caso, acabam por assumir importância secundária.

Destaca-se, ainda, uma terceira abordagem: a orientada para a concorrência. Por essa abordagem, a empresa procura manter seus preços acima ou abaixo dos preços dos concorrentes, dependendo da situação. A política da concorrência de manter ou de alterar preços é seguida pela empresa. Como se pode notar, essa abordagem não mantém uma relação entre preços/custos/demanda, pois fica restrita às políticas de preço da concorrência.

Tendo em vista as limitações de cada abordagem, a adoção de apenas uma delas poderá até mesmo criar problemas para a empresa. É fato que a maioria das empresas dê mais ênfase aos custos. Entretanto, o ideal é que se utilize um modelo integrado que leve em conta situações de custos, demanda e concorrência.

Outras variáveis como objetivos estratégicos, necessidades de caixa, análise dos possíveis efeitos decorrentes de alterações de preços, não podem ser esquecidas. Quanto mais amplo e personalizado o método a ser utilizado na precificação, tanto melhores serão os resultados.

Mais ainda, os preços a serem fixados devem ser coerentes com a imagem que se está tentando projetar dos produtos e da empresa como um todo. Sobre tal variável (Resnik, 1991:93) de forma pertinente explica: "Se a imagem que se pretende vincular às mercadorias é uma imagem sóbria e simples, então obviamente terá de adotar preços baixos ou iguais aos da concorrência. Se, no entanto, as mercadorias forem produtos luxuosos e supérfluos, visando consumidores de alta renda, é igualmente óbvio que preços baixos sabotariam esta imagem".

Assim, tem-se que a formação dos preços de venda está intimamente ligada à estratégia da empresa de curto, médio e longo prazo. Pode-se, em dado momento, optar por lucros através de baixo volume de vendas com alta margem ou ao contrário. Tudo é questão de adaptar os preços à estratégia adequada.

As Análises Financeiras Básicas: O Papel dos Índices Financeiros

Partindo das informações fornecidas pelo Sistema de Informação Contábil, através de seus meios de comunicação, pode-se dizer que, tendo em mãos os dados levantados e preparados pela contabilidade, as PE's, através de sua administração, podem desenvolver análises financeiras para identificar o seu desempenho e, inclusive, traçar paralelos com outras empresas de mesmo ramo de atividade, podendo tomar as decisões que se fizerem necessárias, de forma mais segura e fundamentada.

Assim, no que tange a essas análises financeiras, os índices financeiros assumem papel importante. Vale observar, mais uma vez, que a contabilidade e a administração financeira estão completamente interligadas, na medida em que os insumos básicos para a utilização dos índices são as demonstrações financeiras preparadas e fornecidas pela contabilidade, que, em suma, fazem parte de seus meios de comunicação.

Sendo os dados utilizados para os cálculos dos índices extraídos das demonstrações financeiras, é vital então que essas sejam fidedignamente elaboradas, pois não há sentido algum em utilizarem-se índices financeiros para a tomada de decisões, se os dados eventualmente não são confiáveis.

4. RESULTADOS DA PESQUISA EMPREGADA

Através do tratamento e análise dos dados, foi possível concluir, através da análise univariada (análise partindo apenas do resultado de uma variável), que as empresas pesquisadas possuem decisões centralizadas e administração predominantemente familiar, sendo administradas, na maioria das vezes, pelo proprietário (65,5%) ou por membro da família (24,1%).

São empresas relativamente estáveis, quanto ao tempo de existência, uma vez que as mesmas possuem idade média de 16 anos. Quanto à rentabilidade, esta por sua vez - tomando-se por base as empresas que responderam - medida pela relação lucro líquido sobre patrimônio líquido médio dos últimos três anos (96, 97 e 98), foi de 13,2% em média.

Existe, relativamente à formação acadêmica do responsável pela administração, a predominância de profissionais sem formação acadêmica (62,1%).

As empresas, de modo geral (90%), mostram-se satisfeitas com o seu nível de informatização, além de se considerarem possuidoras de sistemas de controles operacionais de qualidade. 65,5% dos respondentes consideraram os sistemas contábeis-financeiros como sendo bons.

Utilizando-se de seus sistemas administrativos financeiros, as empresas, também fazem uso, embora não se saiba em qual nível, das técnicas de análise de balanços (97,0%), além da utilização de planejamento estratégico e orçamento

empresarial (41,4%).

As informações geradas pela contabilidade e utilizadas pelas empresas, como suporte às suas decisões, pelo visto, são extraídas com maior frequência, do balancete de verificação (talvez por contemplar o sistema patrimonial e de resultado em uma só demonstração), uma vez que este foi contemplado como sendo a demonstração contábil mais utilizada pelos profissionais responsáveis pela administração das empresas.

Ainda, ao se cruzar as variáveis estudadas (análise bivariada – cruzamento de duas ou mais variáveis) podemos também concluir que relativamente ao porque as empresas fazem uso das informações geradas pelo sistema de informação contábil, se para atendimento às necessidades fiscais ou gerenciais, nota-se que em 90% das empresas, ocorre efetivamente a utilização do SIC, para atendimento às necessidades administrativas, tanto de cunho fiscal como gerencial, e que, contrariando o quase senso comum de que tal utilização era mais intensa para atendimento às necessidades de cunho fiscal, constatamos que a predominância de utilização (55%), se dá para atendimento às necessidades de cunho gerencial.

Podemos verificar também que há uma certa associação entre a forma de utilização do SIC (sistema de informação contábil) e o tipo de administração. Já, no que concerne, efetivamente, à intensidade (grau) com que se utiliza o mesmo para atendimento às necessidades gerenciais, podemos observar que as 16 empresas (55% das pesquisadas), que fazem tal uso, estão concentradas nas categorias de empresas que quase sempre ou sempre utilizam o SIC, independentemente do tipo de administração.

Relativamente ao fato de: “O grau de utilização do SIC, para atendimento às necessidades gerenciais, estar relacionado com o grau de afinidade do administrador da empresa com os relatórios e terminologias contábeis, sendo mais intenso naquelas em que o administrador possui maior afinidade”, verificamos que existem associações moderadas e correlações positivas entre as variáveis: forma de utilização do SIC, grau de utilização do SIC para atendimento às necessidades gerenciais e a afinidade do administrador (gestor) da empresa com os relatórios e terminologias contábeis. Os coeficientes de correlação positivos confirmam que quanto maior for a afinidade do gestor, maior será o grau de utilização do SIC.

Sobre o questionamento de que as empresas administradas por profissionais - com formação acadêmica na área de Ciências Sociais Aplicadas - (Administração, Economia ou Ciências Contábeis), utilizam com maior intensidade as informações fornecidas pelo SIC, verificamos que existe associação moderada entre as variáveis – formação acadêmica e grau de utilização. Relativamente à idéia pré-concebida de que os profissionais com formação acadêmica na área de Ciências Sociais Aplicadas utilizam as informações geradas pelo SIC, com maior intensidade, exata é confirmada pela constatação de que entre aquelas empresas que são administradas por profissionais sem formação acadêmica (62,07%), em 50,0% delas, nunca se utiliza as informações geradas pelo SIC, para fins gerenciais, enquanto que entre àquelas empresas administradas por profissionais com formação acadêmica na área de Ciências Sociais Aplicadas, esta porcentagem cai para 20,0%, mostrando que estes profissionais, talvez por possuírem maior proficiência em contabilidade, realmente utilizam as informações por ela gerada, com maior intensidade do que os outros profissionais que estejam à frente da administração.

Constatamos, ainda, que, relativamente à suficiência ou não das informações geradas pelo SIC, como ferramenta de apoio à tomada de decisão, que a maioria das empresas pesquisadas (65,5%), mostram-se satisfeitas com o nível das informações obtidas, para atendimento às suas necessidades.

5. CONCLUSÃO

Os resultados de nosso estudo indicam que também empresas de pequeno porte, particularmente aquelas que foram objeto mais direto de nossa pesquisa, fazem uso das informações geradas pelo Sistema de Informação Contábil para fins gerenciais. Logicamente o melhor uso de informações contábeis se dá em situações em que os administradores de uma empresa possuem um certo grau de qualificação técnica, o que não tende a predominar nas empresas consideradas de pequeno porte.

Embora de forma limitada, é alentador verificar que empresas de pequeno porte estão gradativamente encarando a contabilidade da empresa como uma função que cumpre um papel gerencial. Todavia, não se pode ignorar a realidade de algumas grandes corporações inclusive no Brasil, que já ultrapassaram o estágio de uso da contabilidade para fins gerenciais, caminhando para um uso de caráter mais estratégico, inclusive agregando novos conceitos provenientes da área de finanças empresariais.

As pequenas empresas, para poderem extrair todo o potencial de informações gerenciais contido em seus sistemas contábeis, necessitam resolver duas questões fundamentais: mudar uma mentalidade gerencial arcaica e baseada em conceitos antigos e ultrapassados, melhorar a qualificação técnica dos seus gerentes através de um processo de profissionalização e utilizar-se da tecnologia de informação necessária que dê ao sistema de informações da empresa agilidade e confiabilidade.

6. REFERÊNCIAS

- BATY, Gordon B. Pequenas e médias empresas dos anos 90: guia do consultor e empreendedor. São Paulo: Makron Books, 1994.
- BOYD, Harper W. & WESTFALL, Ralf. Pesquisa mercadológica: texto e casos. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- IIDA, Itiro. Pequena e média empresa no Japão. São Paulo: Brasiliense, 1986
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Contabilidade introdutória. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens; MATOS Wilson Castro; FONTOURA, José Roberto de Araujo. Dos sistemas à contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade. 001/99, p. 22-28, jan./mar. 1999.
- MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem básica gerencial. São Paulo: Atlas, 1998.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. São Paulo: Atlas, 1997.
- PEREIRA JR, Paulo Jorge; GONÇALVES, Paulo Roberto S. A empresa enxuta. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- RESNIK, Paul. A bíblia da pequena e média empresa. São Paulo: Makron Books, 1991.
- SHELL, Jim. Guia para gerenciar pequenas empresas: como fazer a transição para uma gestão empreendedora. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- SEBRAE, Diretoria Técnica – Estudos e Pesquisa. Administração básica para pequenas empresas. Curitiba: Sebrae/PR, 1997.